

RETROCESSO, NÃO!

Chega de humilhação! BASTA! No Brasil de hoje, 4 em cada 10 interrupções de gravidez legais, de acordo com a lei, são feitas em cidades diferentes das de origem das mulheres que precisam desse serviço, segundo o G1, Portal de Notícias da Globo. 51,2% dos abortos permitidos por lei acontecem em apenas sete cidades brasileiras, e mesmo assim demandam esforços de grande monta. O motivo? Preconceito, criminalização, posturas hipócritas e totalmente ideológicas como as do Governo Federal. Como se fosse pouco, o Ministério da Saúde lançou, nesta semana, um novo guia para orientar profissionais da área no atendimento e orientação de mulheres vítimas de #aborto, onde afirma que “todo aborto é um crime”, e as situações previstas em lei que permitem a adoção do procedimento são “excludentes de ilicitude”.

O Governo, um voraz inimigo de políticas públicas para as mulheres, tenta retroceder nas leis brasileiras, orientando a uma criminalização, fora da Constituição, às mulheres que façam aborto. A lei permite interrupção da gravidez, em caso de estupro, em caso de risco de morte da mãe e em caso de feto com anencefalia. É o que chamamos de Aborto Legal. Não sai do papel como deveria, mas é o que temos e por isso fomos à luta, e para mantê-lo continuamos nesta batalha.

É lógico que não esperamos que o Governo atual se importe com o fato de que a falta de políticas públicas sérias em torno dos direitos do corpo feminino seja uma das principais causas de morte materna; que a maioria das mulheres que perde a vida com interrupções de gravidez inseguras são mulheres pobres, negras; tampouco que esse desgoverno, que tem uma visão ignorante e punitiva de mulheres que são abandonadas pelo Estado que ignora suas mortes, fosse ter compreensão que o aborto é um problema de saúde pública cultuado por uma sociedade machista.

A M23 se une a outros coletivos feministas para reafirmar sua posição em defesa da descriminalização do aborto e de maiores recursos no acolhimento e não na punição de mulheres que, em sua grande maioria, já passam suas vidas sendo punidas pelo sistema. Como sempre, também reafirmamos: não é uma simples questão de ser a "favor" ou "contra" o aborto. O que está em jogo são as vidas das mulheres que se veem obrigadas a recorrer a procedimentos clandestinos e inseguros, mesmo com a existência de uma lei que as protegeria e asseguraria seu direito à interrupção da gravidez. O aborto legal, seguro e gratuito é uma questão de saúde pública, e deve ser defendido e discutido por todos.



Fontes:

<https://www.instagram.com/p/Cej8wiksugU/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>

<https://apublica.org/2021/05/aborto-inseguro-e-das-principais-causas-de-morte-materna-e-mulheres-negras-sofrem-mais/>

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/06/09/4-em-cada-10-abortos-legais-no-brasil-sao-feitos-fora-da-cidade-onde-a-mulher-mora-pacientes-percorreram-mais-de-1-mil-km.ghtml>

Brasília, 10 de junho de 2022

Secretaria Nacional de Mulheres do Cidadanis (M23)